

alameda

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

online

#22 (tomo 3) Jan. 2019

TECNOLOGIA, PATRIMÓNIO E COMUNIDADE

em Salvaterra
de Magos

**A actividade
metalúrgica e a olaria
de Sines romana**

**A emergência de uma
Arqueologia Contemporânea
em Portugal**

**Artes do couro no
medievo peninsular**



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Caldeira e ciclones para produzir ar aquecido, depois conduzido aos secadores da Fábrica de Descasque de Arroz da Casa de Cadaval, em Salvaterra de Magos.

Foto © Leonor A. P. de Medeiros.



II Série, n.º 22, tomo 3, Janeiro 2019

Proprietário e Editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede | Travessa Luís Teotónio
Pereira, Cova da Piedade,
2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

Distribuição | <http://lissuu.com/almadan>

Parceria | ArqueoHoje - Conservação
e Restauro do Património
Monumental, Ld.^a

Apoio | Neoépica, Ld.^a

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia
de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho Científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Redacção | Centro de Arqueologia de
Almada (sede): Vanessa Dias,
Ana Luísa Duarte, Elisabete
Gonçalves e Francisco Silva

Resumos | Jorge Raposo (português),
Luísa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos
Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem
e paginação electrónica | Jorge Raposo

Revisão | Vanessa Dias, Fernanda
Lourenço e Sónia Tchissolle

Colaboram neste número |

Suely Amâncio-Martinelli, Telmo
António, Ana C. Araújo, Thierry
Aubry, Renata F. Barbosa, Luísa
Batalha, Carlos Boavida, Guilherme
Cardoso, André Carneiro, António R.

Carvalho, Vânia Carvalho, Tânia M.
Casimiro, Ana M. Costa, Fernando
Costa, Francisco Curate, Luca A.
Dimuccio, Ana Luísa Duarte, Vitor
Durão, José d'Encarnação, Lídia
Fernandes, Carlos Galhano, Cristina
Gameiro, Jesús García Sánchez,
Carolina Grilo, Rogier A. A. Kalkers,
Sebastião L. de Lima Filho, Virgílio
Lopes, Joana S. Macedo, João Marques,
Jorge A. M. Marques, Teresa Marques,
Henrique Matias, Leonor A. P. de
Medeiros, Henrique Mendes, Paulo C.
F. Monteiro, Nuno Neto, Rui Oliveira,

Luiz Oosterbeek, Franklin Pereira,
Paula A. Pereira, João Pimenta,
Albérico N. de Queiroz, Jorge Raposo,
Paulo Rebelo, Marco A. Rocha,
André T. Santos, Dario Seglie, João L.
Sequeira, Miguel Serra, João Luís
Sequeira, Vítor R. C. de Sousa,
Tesse D. Stek e Chia-Chin Wu.

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online*
não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.
No entanto, a revista respeita a vontade dos
autores, incluindo nas suas páginas tanto
artigos que partilham a opção do editor
como aqueles que aplicam o dito Acordo.

A *Al-Madan Online* abre este novo tomo com uma reflexão acerca da investigação e da comunicação científica, da margem de incerteza que as caracteriza e da tolerância com que devem ser encaradas pois, frequentemente, mesmo quando se identificam as questões correctas, o tempo mostra que nem sempre se obtêm e partilham as respostas mais adequadas.

Tendo presente essa contingência, é de divulgação científica que tratam as páginas seguintes, com realce para sítios e contextos de Época Romana em Sines, em Cascais e no Alto Alentejo, nomeadamente no Município de Fronteira. Mas dá-se igual atenção ao impacto da Arqueologia preventiva na identificação de ocupações humanas do Paleolítico Superior em todo o país, e ainda, noutro âmbito cronológico, aos trabalhos arqueológicos realizados numa fábrica de descasque de arroz instalada em Salvaterra de Magos na segunda metade do século XX. A Arqueologia brasileira volta a marcar presença, agora com as ameaças à arte rupestre do Nordeste do Estado da Bahia, e há também espaço renovado para as arqueociências, neste caso através de uma proposta metodológica para a identificação de tubérculos secos, cozidos ou calcinados.

A premente definição disciplinar de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal é defendida em artigo de opinião, a que se segue estudo que apresenta a Análise Urbana como domínio da Arquitectura que integra conhecimentos da História e da Arqueologia, entre outros.

Ao Património móvel e imóvel são dedicados textos sobre a conservação e restauro da fachada do edifício sede da colectividade mais antiga de Tomar, que assinalam a identificação e incorporação em museu de um azulejo valenciano dos séculos XV-XVI aplicado em imóvel de Sintra, e que tomam exemplares de aljavas provenientes do Sultanato de Granada (1238-1492) como ponto de partida para a abordagem mais geral das artes do couro na Península Ibérica durante a Idade Média.

Há ainda diferentes contributos para a História Local de Alcácer do Sal e de Almada, fruto da análise de conjuntos documentais dos séculos XVI a XVIII, bem como diversificado noticiário de natureza arqueológica, incluindo resultados de escavações, de projectos museológicos, de acções de Educação Patrimonial, etc.

Livros e revistas recentemente publicados também merecem comentário ou destaque e, nas páginas finais, encontram-se breves relatos de um número significativo de eventos científicos realizados em Portugal e no estrangeiro, com temáticas muito diversificadas, cuja partilha é útil para a comunidade científica portuguesa e para outros interessados. A fechar, agendam-se eventos do mesmo tipo já divulgados para os próximos meses. Enfim... muitas e boas razões para agradáveis momentos de leitura.

Jorge Raposo

ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

EDITORIAL ...3 ▶

CRÔNICAS

Da Tolerância Científica |
José d'Encarnação...6 ▶

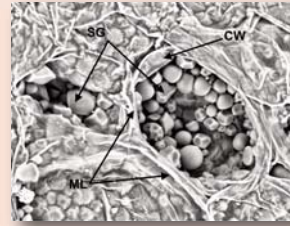


Entre Afloramentos, Sapatas, Argamassas e Paralelepípedos: a destruição do patrimônio arqueológico rupestre na região de Coronel João Sá, nordeste da Bahia | Sebastião Lacerda de Lima Filho, Suely Amâncio-Martinelli e Albérico Nogueira de Queiroz...61 ▶

ARQUEOLOGIA



Trabalhos Arqueológicos na Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval (Salvaterra de Magos): tecnologia, património e comunidade | Leonor A. P. de Medeiros...9 ▶

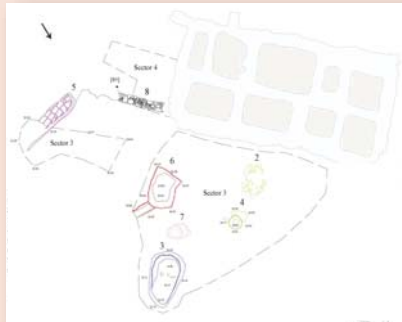


ARQUEOBOTÂNICA

A Typological Approach to the Identification of Carbonized Dried and Cooked Parenchyma of Vegetative Storage Organs | Chia-Chin Wu...69 ▶

OPINIÃO

A Atividade Metalúrgica e a Olaria de Sines Romana: dados preliminares | Paula Alves Pereira e Carlos Galhano...20 ▶



Os Deuses Devem Estar Loucos... ou a Emergência de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal | Tânia Manuel Casimiro e João Luís Sequeira...88 ▶



O Forno Romano e Poço de Época Tardo-Romana do Alto do Cidreira, Cascais | Luísa Batalha, Guilherme Cardoso, Paulo Rebelo e Nuno Neto...38 ▶

ESTUDOS

Primeiros Resultados do *Fronteira Landscape Project*: a Arqueologia da paisagem romana no Alto Alentejo | André Carneiro, Jesús García Sánchez, Tesse D. Stek e Rogier A. A. Kalkers...46 ▶



Apresentação do Projeto PALEORESCUE. O Paleolítico Superior e a Arqueologia preventiva em Portugal: desafios e oportunidades | Cristina Gameiro e Luca A. Dimuccio...55 ▶

Análise Urbana: integração de conhecimentos multidisciplinares | Vitor Durão...98 ▶

PATRIMÓNIO



Conservação e Restauro da Fachada do Edifício da Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina, em Tomar: da pintura mural à conservação das cantarias trabalhadas | Fernando Costa, Renata Faria Barbosa, Joana Shearman Macedo e Marco Amaral Rocha...106 ▶



Um Azulejo Valenciano de Finais do Século XV-Inícios do Século XVI na Quinta das Flores, Massamá (Sintra) | Vítor Rafael Cordeiro de Sousa e Rui Oliveira...114 ▶



Artes do Couro no Medieval Peninsular. Parte 1: aljavas de Granada | Franklin Pereira...119 ▶

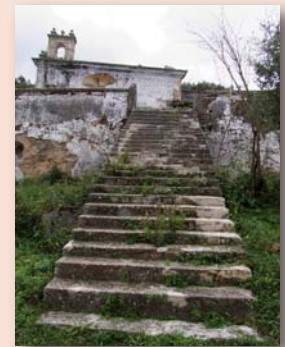
HISTÓRIA LOCAL

A Fundação da Ermida de São Romão: um olhar sobre a Ribeira do Sadão, no limite entre os Termos de Alcácer e do Torrão, nos séculos XIV a XVII | António Rafael Carvalho...129 ▶



“De Doenças Esporádicas Farei Algumas Histórias”: Gaspar Lopes Henriques de Chaves (1729-1796), médico do Partido da Vila de Almada | Telmo António e Francisco Curate...153 ▶

Documentação Setecentista Referente ao Ermitério e Hospício de Carmelitas Calçados e Terceiros de Nossa Senhora do Carmo da Serrinha (freguesia de São Martinho, município de Alcácer do Sal) | António Rafael Carvalho...140 ▶



NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira): a campanha de escavações de 2018 | João Pimenta e Henrique Mendes...159 ▶

Prémio Ibermuseum de Educação para o Côa | Ana Luísa Duarte...161 ▶

Inscrição da Capela de S. Domingos (Travessa de S. Domingos, Viseu) | Jorge Adolfo de Meneses Marques...162 ▶

PO.RO.S: Museu Portugal Romano em Sicó | Paulo Celso Fernandes Monteiro...165 ▶

Em Setembro Lisboa Foi Mais Romana: festival *Estes Romanos Estão Loucos* no Museu de Lisboa - Teatro Romano | Lídia Fernandes e Carolina Grilo...169 ▶

Efemérides da Arqueologia Portuguesa no Final de 2018 | Ana Luísa Duarte...173 ▶

Manifesto pela Conservação e Restauro | Ana Luísa Duarte...173 ▶

LIVROS & REVISTAS

30 Anos de Arqueologia em Oeiras | Jorge Raposo...174 ▶

Os 25 Anos da Revista *al-'ulyà* | José d'Encarnação...175 ▶

Novidades editoriais...177 ▶

EVENTOS

O Museu do Côa e as Problemáticas da Arte Paleolítica ao Ar Livre e das Origens da Arte | André Tomás Santos e Thierry Aubry...179 ▶

Vinte anos leva-os o tempo; ficam as palavras para lembrar a história. O Menino do Lapedo: vinte anos depois | Ana Cristina Araújo, Ana Maria Costa e Vânia Carvalho...182 ▶

Symposium Internacional *La Porticus Post Scaenam en la Arquitectura Teatral Romana*, em Cartagena | Carolina Grilo...185 ▶

X Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular | Miguel Serra...188 ▶

Seminário Internacional *Producción y Comercio en la Lusitania de Augusto* (Mérida) | André Carneiro...191 ▶

Colóquio *Silos, Matamoras e Covas de Pão. Armazenamento Medieval e Moderno em Portugal:* breve crónica | Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida, João Marques e Teresa Marques...193 ▶

Colóquio *O Paleolítico em Portugal: um quarto de século de abordagem tecnológica* e Mesa-Redonda *Transição Pleistocénico-Holocénico* | Cristina Gameiro e Henrique Matias...196 ▶

Boas Práticas na Gestão de Espólios Arqueológicos | Jorge Raposo...198 ▶

Os Erros em Epigrafia: nota sobre as jornadas de Milão | José d'Encarnação...200 ▶

Arte Rupestre do *Homem de Neandertal:* a conferência internacional *NeanderART 2018* | Luiz Oosterbeek e Dario Seglie...201 ▶

XIV Conferência da AIEMA, Chipre | Virgílio Lopes...202 ▶

VII Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, em Tarragona | Virgílio Lopes...203 ▶

Agenda de eventos...202 e 203 ▶

RESUMO

Ensaio que tenta lançar o debate sobre o espaço que a Arqueologia Contemporânea pode partilhar com outras arqueologias no actual cenário português, nomeadamente em relação com a Arqueologia Industrial. Os autores entendem que a interpretação de um Passado recente é tão importante como a de outros períodos históricos, e defendem que a Arqueologia Contemporânea deve ser considerada desde o final do século XVIII ou os inícios do século XIX, quando as mentalidades europeias iniciaram processos de mudança motivados por alterações políticas, sociais, económicas e tecnológicas que não são individualmente determinantes mas, no seu conjunto, desencadeiam um novo tempo, com diferentes momentos de aceitação.

PALAVRAS CHAVE: Teoria arqueológica; Arqueologia Contemporânea; Arqueologia industrial.

ABSTRACT

This essay launches the discussion of the space Contemporary Archaeology can share with other archaeologies in Portugal at present, namely its relationship with Industrial Archaeology.

The authors believe that the interpretation of the recent past is as important as that of other historic times. They further claim that Contemporary Archaeology must be considered from the end of the 18th century or the beginning of the 19th century, when European mentalities initiated transformation processes brought about by political, social, economic and technological changes. Though they were not determinant per se, together they have resulted in a new time with different moments of acceptance.

KEY WORDS: Archaeological theory; Contemporary Archaeology; Industrial Archaeology.

RÉSUMÉ

Essai qui tente de lancer le débat au sujet de l'espace que l'Archéologie Contemporaine peut partager avec d'autres archéologies sur la scène portugaise actuelle, particulièrement avec l'Archéologie Industrielle. Les auteurs affirment que l'interprétation d'un Passé récent est aussi importante que celle d'autres périodes historiques et soutiennent que l'Archéologie Contemporaine doit être considérée depuis la fin du XVIIIème ou le début du XIXème siècles, lorsque les mentalités européennes ont débuté des processus de changement motivés par des altérations politiques, sociales, économiques et technologiques qui ne sont pas déterminantes individuellement mais qui, dans leur ensemble, provoquent un temps nouveau avec différents moments d'acceptation.

MOTS CLÉS: Théorie archéologique; Archéologie Contemporaine; Archéologie industrielle.

^I Instituto de História Contemporânea / Instituto de Arqueologia e Paleociências, Universidade Nova de Lisboa (vmcasimiro@fsh.unl.pt).

^{II} Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa; Universidade do Minho (jlpsequeira@gmail.com).

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Os Deuses Devem Estar Loucos...

ou a emergência de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal

Tânia Manuel Casimiro ^I e João Luís Sequeira ^{II}

PREÂMBULO

Deserto do Kalahari, 1980. Um bosquímano de seu nome Xi (que se pronuncia com um estalo de língua antes do “x”) anda à caça do almoço com o seu arco e flecha. Não lhe interessa se é quinta-feira, sábado ou qualquer outro dia da semana. Não tem patrão, nem horários, nem calendário ou relógio e a sua tribo partilha este modelo de subsistência há milhares de anos. Não conhece as doenças da civilização (leis, multas, crime, violência, fanatismos, etc.), nem tão pouco lhe interessam previsões meteorológicas, seguros de saúde ou o aumento dos combustíveis. Só lhe interessa a sua sobrevivência e a da sua família neste local onde a água é um bem fundamental e precioso. Para ele, os sons que vêm do céu são apenas complicações gástricas dos deuses que comeram muito na ceia do dia anterior. Por vezes, passam uns pássaros ruidosos, que não batem as asas e deixam a tribo boquiaberta com o fenómeno.

Num dia como qualquer outro, um destes pássaros deixou cair um objecto misterioso mesmo em frente aos pés do Xi. Os deuses, em toda a sua generosidade, haviam descartado o que para qualquer habitante do mundo ocidental é um símbolo incontornável do capitalismo industrial, uma simples garrafa de Coca-Cola. O Xi, que até ao momento nunca tinha tido contacto com qualquer elemento de uma civilização industrializada, baixa-se para apanhar o irreconhecível objecto, levando-o de volta à sua tribo, onde lhe atribuem a funcionalidade que julgam que melhor se adequa à sua forma. Nesse preciso momento, o Xi, juntamente com a população da sua aldeia, terão passado de caçadores-recolectores a homens modernos e industrializados?

O ensaio que se segue, tendo como mote esta cena do filme sul-africano *The gods must be crazy*, de Jamie Uys (1980) (IMDB 7,3/10) (Fig. 1), tenta lançar o debate sobre o espaço que a Arqueologia Contemporânea pode partilhar com todas as outras arqueologias no actual cenário português.

FIG. 1 – Cena do filme
The gods must be crazy,
o mote deste artigo.



INTRODUÇÃO: O QUE ENTENDEMOS POR ARQUEOLOGIA CONTEMPORÂNEA

A definição de uma temporalidade, período histórico e, consequentemente, arqueológico é sempre passível de debate e críticas. Ainda que datas icônicas ou momentos políticos fundamentais na História da Humanidade sejam marcos apeteceíveis na determinação de princípios e fins, a fluidez e a continuidade das mentalidades e materialidades não nos permitem datações assim tão absolutas. Alguns acreditam que a Época Contemporânea em Portugal começa em 1789, com a Revolução Francesa, fenómeno fundamental nas alterações das mentalidades ocidentais. Outros acreditam ainda que as Invasões Francesas, em inícios do século XIX, terão sido o momento de transição entre dois grandes períodos históricos, trazendo para Portugal esses ventos da contemporaneidade europeia. Outros ainda acreditam nas transições de séculos, como se a partir da meia-noite do dia 1 de Janeiro de 1900 tivéssemos a legitimidade de chamar contemporâneo ao mundo e, consequentemente, à Arqueologia que fazemos destas sociedades, tornando difíceis de definir os contextos formados entre os finais de oitocentos e os inícios do século XX. No ensaio que aqui apresentamos, não acreditamos em certos nem em errados, nem que uns têm mais razão que outros. Tentaremos sim lançar o debate sobre o que cremos tratar-se de Arqueologia Contemporânea, os seus objectos de estudo, a forma como ela se está a desenvolver e que possíveis direcções tomará em Portugal, acompanhando os ventos de mudança mundiais que atribuem a estas cronologias uma importância cada vez maior.

Contudo, não se pode iniciar este debate sem antes nos determos momentaneamente sobre o cataclismo ocorrido na manhã do dia 1 de Novembro de 1755, como um momento marcante que irá definir o antes e o depois na Arqueologia nacional. Ainda que ninguém acredite que a segunda metade do século XVIII seja já considerada Idade Contemporânea, existe uma ideia propagada, ocasionalmente contestada, que tudo o que é pós-terramoto é já demasiado recente para merecer uma atenção científica e o reconhecimento académico generalizado. Se os finais do século XVIII são assim estigmatizados, o estudo de contextos dos séculos XIX, XX e mesmo XXI, excepção seja feita aos contextos industriais e aos naufrágios, encontra-se quase que totalmente ostracizado.

**“O ensaio que se segue
[...] tenta lançar o debate
sobre o espaço que a
Arqueologia Contemporânea
pode partilhar com todas
as outras arqueologias
no actual cenário
português.”**

Neste sentido, duas grandes excepções têm de ser consideradas neste debate: a Arqueologia Industrial e a Arqueologia Náutica e Subaquática. A Arqueologia Industrial, com todo o mérito que lhe é devido, tem monopolizado os estudos arqueológicos terrestres em contextos dos séculos XIX e XX, ainda que muitas vezes se confunda com os estudos sobre o Património Industrial. Esta monopolização levou mesmo a que se generalizasse a ideia de que toda a Arqueologia dedicada ao período entre 1780 e 1970 é intrinsecamente industrial, ignorando ou querendo ignorar outras vertentes de investigação e a evidência que nem todas as sociedades contemporâneas adoptaram imediatamente o estilo de vida proporcionado pelo desenvolvimento industrial... numa perspectiva global, muitas delas ainda hoje, em 2018, não o fizeram. Num artigo recente, Jorge Custódio defendeu a ideia de que a “*Arqueologia Industrial afirmou-se [...], em termos de espaço e de tempo, como uma Arqueologia da Contemporaneidade*”, afirmando que a “*Arqueologia Contemporânea é um conceito de imprecisão indiscritível [...] um absurdo que procura estudar a sociedade [...], e a cultura material,*

não questionando o aspecto moderno dos artefactos arqueológicos, cuja natureza é terem sido fabricados por processos industriais”. Declara-se o autor “contra o neopositivismo reinventado, que agora pretende ser um oásis salvador da Arqueologia das épocas recentes, depois do desenvolvimento (ainda que tardio) da Arqueologia Moderna (uma outra Arqueologia histórica de sinal positivista)” (CUSTÓDIO, 2015: 93). Esta generalização parece surgir de um documento redigido em 2003, conhecido por *Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial*, um documento orientador produzido numa das reuniões do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), onde se define que “*Industrial archaeology is an interdisciplinary method of studying all the evidence, material and immaterial, of documents, artefacts, stratigraphy and structures, human settlements and natural and urban landscapes, created for or by industrial processes*”, assumindo que a Arqueologia Industrial é apenas um método universalista, e não uma ciência, reunindo informação metódica para o estudo do Património Industrial.

Não podíamos estar mais em desacordo com esta ideia de que toda a Arqueologia efectuada numa época em que a industrialização se desenvolve e é responsável pela maior parte da produção material, é exclusivamente Arqueologia Industrial. Outros julgam que esta universalidade da Arqueologia Industrial deve ser apenas aplicada ao século XIX, pelo que os finais do XVIII seriam assim ainda Arqueologia Moderna e o século XX já Contemporâneo. A já exausta afirmação de que a Arqueologia estuda pessoas e não exclusivamente coisas, terá de ser novamente invocada. Será que estamos a fazer Arqueologia Industrial quando estudamos as relações humanas entre pessoas, os seus hábitos diários e alimentares, as suas doenças e as suas paixões, a forma como apreciavam música e literatura, ilações retiradas através do estudo da cultura material, apenas porque a maior parte da vida dessas pessoas foi passada numa casa construída por tijolos unidos por cimento Portland?

Ao contrário do que foi afirmado, não acreditamos que a Arqueologia Contemporânea, que se quer inclusiva e agregadora de ideias e teorias, tente de alguma maneira tirar protagonismo ou *território* à Arqueologia Industrial. Outros autores defendem esta inclusividade temática de forma natural elencando outros ramos subdisciplinares, tais como a Arqueologia do dia-a-dia, do conflito, das ditaduras e da violação dos direitos humanos, das ruínas e do lixo (GONZÁLEZ-RUIBAL,

2014; HARRISON e SCHOFIELD, 2013), às quais acrescentaríamos a Arqueologia da ruralidade ou a Arqueologia dos excluídos e da pobreza (BUCHLI e LUCAS, 2001), entre outras. A subdivisão, meramente necessária para rotular, orientar, compartimentar e pouco mais, permite uma série de subdisciplinas que ficam ao critério do autor do trabalho – concorde-se ou não –, desde que justificadas e explicada a sua necessidade. Não conseguimos subscrever, no entanto, a universalidade que o autor em questão procura dar à Arqueologia Industrial. Tal como o Xi, no início deste trabalho, não se transformou num ser industrial só porque entrou em contacto, manipulou e utilizou um dos símbolos máximos do capitalismo ocidental, também em Portugal essa mudança não foi abrupta e não podemos generalizar 250 anos a uma Arqueologia Industrial, nem mesmo em ambiente urbano. Com que legitimidade chamamos Arqueologia Industrial a uma vala comum do século XIX? Não será inquietante se considerarmos um campo de concentração, construído com técnicas e materiais industriais, como um sítio industrial? Não será isso reduzir a sociedade dos séculos XVIII, XIX e XX simplesmente à sua estrutura económica, ignorando relações humanas, sentimentos e afectos individuais e colectivos? Como enquadramos industrialmente o estudo arqueológico da escravatura em Portugal, apenas abolida em 1854?

Recordamos aqui uma colecção escavada em Almada, nos Paços do Concelho, a ser alvo de uma investigação que irá dar origem a uma tese de mestrado, onde, num contexto formado entre 1800 e 1830, a maior parte dos objectos corresponde ainda ao que se produzia nas olarias locais e de Lisboa. Entre centenas de peças, surgem duas taças produzidas na Fábrica do Rato e duas taças em *Mocha dipped ware*, uma produção inglesa já de cariz industrial (Fig. 2). Ainda que presentes no contexto, certamente que o estudo daquela realidade doméstica não pode ser feito à luz das problemáticas e conceitos teóricos da Arqueologia Industrial.

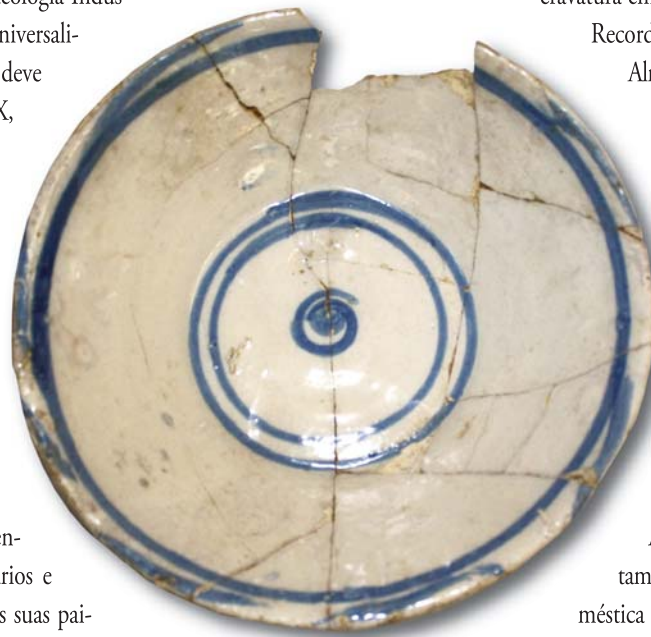


FIG. 2 – Peças recuperadas nos Paços do Concelho (Almada), num contexto datado de 1800-1830.

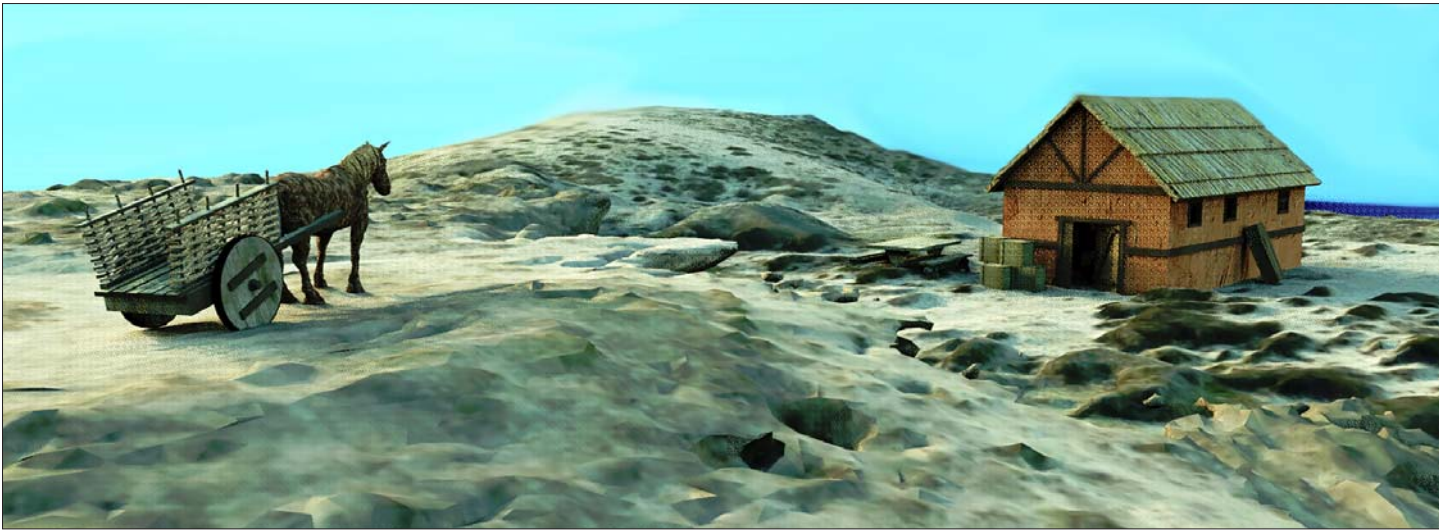


FIG. 3 – Reconstituição de um sítio arqueológico na Comporta, Tróia.

Foi recentemente escavada na Mouraria, em Lisboa, uma oficina de produção de botões onde toda a cadeia operatória revela uma produção artesanal sem qualquer matriz industrial, contexto possível de datar da primeira metade do século XIX. De destacar ainda uma casa contruída em colmo, madeira e argila, uma técnica milenar, habitada entre 1850 e 1910 na zona da Comporta, Tróia, onde a cultura material é já completamente contemporânea (Fig. 3). Nunca teve tanto sentido voltar a afirmar que a Arqueologia “*is as much about transformation and change as about duration and accumulation*” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016: 146).

A Arqueologia Industrial tem objectivos de estudo concretos e fundamentais à compreensão das sociedades humanas não apenas no século XIX, mas desde o momento em que o lucro e o capital motivaram a produção em larga escala (BEAUDRY, 2005).

No sítio da Internet do *Journal of Contemporary Archaeology*, declara-se que o objectivo daquela publicação periódica é “*to explore archaeology’s specific contribution to understanding the present and recent past. It is concerned both with archaeologies of the contemporary world, defined temporally as belonging to the twentieth and early twenty-first centuries*”. Contudo, esta temporalidade não pode ser generalizada ao mundo inteiro, sobretudo porque o mundo é repleto de multitemporalidades que coexistem (GONZALEZ-RUIBAL, 2016). Para os arqueólogos britânicos e americanos, bem como para os sul-americanos, a Arqueologia Contemporânea só começa no século XX, visto que o século XIX é ainda considerado dentro da *Historical Archaeology* ou *Post-Medieval Archaeology*. Não é difícil encontrar nos programas dos congressos anuais, tanto da Society for Historical Archaeology como da Society for Post-Medieval Archaeology, arqueólogos que apresentem os seus trabalhos sobre contextos oitocentistas, muitos deles de cariz industrial. Vários destes encontros já recebem propostas de contextos associados ao século XX, pelo que as barreiras esbatem-se a cada ano. Já em Portugal, a Arqueologia Moderna (o que será mais ou menos equivalente ao *Post-Medieval* ou *Historical Archaeology*) tende a terminar com os finais do século XVIII (GOMES, 2012: 13). O hiato que

surge sensivelmente entre 1780 e 1900 parece-nos pertinentemente contemporâneo e não exclusivamente industrial. Tal interpretação cronológica encontra afinidades com o que se passa em Espanha e na França. Alfredo GONZALEZ-RUIBAL (2016) é exímio na crítica que faz ao tempo histórico utilizado pelos arqueólogos e à confortável compartimentação cronológica.

Ainda que as designações clássicas sejam confortáveis, as multitemporalidades mundiais despertam ontologias diferentes e permitem que o Xi seja um caçador recolector numa época em que o Bill Gates construía uma fortuna com base na Microsoft... todos vivemos hoje, mas nem todos vivemos no mesmo tempo.

Nenhuma designação será isenta de polémica, nem esperemos que o seja, muito menos uma que se apresenta como um oxímoro. Como juntar debaixo da mesma denominação tempos tão díspares do ponto de vista social, cultural, tecnológico, económico ou político como o longo período que se desenvolve entre 1780 e 2018? Mas será que, ao designarmos de Contemporânea ou de Passado Recente a Arqueologia dos séculos XX e XXI, assumimos que as sociedades humanas não sofreram alterações estruturais nos últimos 120 anos? Será que podemos designá-la da forma como quisermos, desde que essa designação seja devidamente justificada? Estaremos a ser demasiado historicistas ao defender que a Arqueologia Contemporânea se deve colar ao tempo histórico com a mesma designação? Precisamos, numa problematização quase “Hobsbawiana”, de novas designações para o tempo que vivemos? Antropoceno, supermodernidade ou pós-modernidade têm sido algumas das sugestões.

Tanto em Inglaterra como nos Estados Unidos, o século XIX foi sempre considerado como *Historical Archaeology*, pelo que o desenvolvimento do conceito de Arqueologia Contemporânea, ocorrido nos anos 1970, focou-se nos contextos do século XX através do desenvolvi-

mento de alguns projectos que se tornaram icónicos, tais como o multidisciplinar *Garbology*, dirigido pelo antropólogo William Rathje (1945-2012), cujo objectivo principal era estudar o consumismo e os comportamentos de consumo humano através daquilo que as pessoas descartam diariamente, o que lhe permitiu questionar inquéritos dados como fidedignos acerca do consumo de álcool, do descarte de gorduras ou do tratamento errado de óleos de motor (RATHJE, 2001). Este projecto nasceu do cruzamento de uma investigação dos alunos de Rathje em Sociologia na Universidade de Tucson, no Arizona, com a investigação arqueológica do próprio sobre a cultura Maia. William estudava com a sua equipa os lixos domésticos daquela civilização perdida e colocou a pergunta: “*why can't we use these techniques to learn about our own culture? Archaeology is a focus on the interaction between material culture and human behaviour, regardless of time or space*”¹. Posteriormente, outros projectos partilharam essa perspectiva, tais como o Van Project, no qual arqueólogos da Universidade de Bristol “escavaram” uma Ford Transit de 1991, com o intuito de desafiar e criticar a Arqueologia do Passado contemporâneo. Esta “bofetada” epistemológica foi brilhante do ponto de vista da necessidade de rasgar novos horizontes teóricos². Ou ainda o projecto do antropólogo Victor Buchli e do arqueólogo Gavin Lucas sobre uma habitação social dos anos 1960, desocupada na década de 1990. Através das metodologias arqueológicas, os autores conseguiram decifrar o dia-a-dia dos ocupantes, quantos eram, as suas idades, o que faziam, e até os seus problemas pessoais. A este projecto chamaram Arqueologia da Alienação, mais uma designação para um contexto do Passado recente (BUCHLI e LUCAS, 2001). Se, inicialmente, estes projectos se encontravam algo desprovidos de enquadramento teórico, tudo mudou nas últimas décadas, sobretudo a partir de 2001, com a publicação do livro coordenado pelos já mencionados Vitor Buchli e Gavin Lucas, *Archaeologies of the recent past* (2001). Desde então, os trabalhos em torno de contextos do século XX e mesmo já do século XXI não cessaram, e a Arqueologia Contemporânea tornou-se uma vertente arqueológica tão válida como todas as outras e devidamente reconhecida nos meios académicos internacionais, com diversas publicações de referência e encontros científicos anuais, tais como o *Contemporary and Historical Archaeological Theory* (CHAT) onde a parte prática está já aliada a conceitos teóricos bem firmados (em constante discussão e actualização), posição que conquistou há mais de três décadas. Em Espanha, o projecto sobre a Arqueologia da Guerra Civil Espanhola é um dos mais bem-sucedidos e com uma posição política bem definida (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2010).

¹ <https://uanews.arizona.edu/story/william-l-rathje-1945-2012> [consultado em 2018-11-07].

² Veja-se <https://www.york.ac.uk/archaeology/research/current-projects/in-transit/> [consultado a 2018-11-07] para uma melhor compreensão do quão arrojado e inovador tem sido este projecto.

ARQUEOLOGIA CONTEMPORÂNEA EM PORTUGAL

A pergunta que se impõe é se o que temos vindo a designar de Arqueologia Contemporânea (grosso modo uma Arqueologia que deverá ter começado algures nos finais do século XVIII e que, entrando pelo século XX adentro, toca já no século XXI) tem sido considerado como Arqueologia em Portugal, sendo os seus contextos devidamente registados e/ou preservados.

Em resposta a esta pergunta, a primeira coisa que fizemos foi consultar a base de dados *Endovélico*, através do *Portal do Arqueólogo*³. Na designação temporal de Contemporâneo surgem 1256 sítios, sendo que a maior parte deles não são exclusivamente contemporâneos, pois foram igualmente identificadas ocupações humanas de cronologias mais recuadas. Destes 1256 sítios, 13 são classificados como “Complexo Industrial” associado ao Período Contemporâneo. Curiosamente, surgem 40 entradas para a mesma tipologia industrial quando não se define um período cronológico, pelo que a industrialização tende a ser reconhecida nesta classificação desde, pelo menos, a Antiguidade. De Época Contemporânea são também consideradas as categorias “Via”, “Calçada”, “Fortificação” e “Muralha”, muitas delas relacionadas com os fortes das Linhas de Torres, edificados em inícios do século XIX. Para o mesmo período, surgem igrejas, conventos, mosteiros e capelas. Nestes casos, a contemporaneidade será aceite no que concerne à utilização destes espaços religiosos até aos nossos dias, e daí que não se possam ignorar os vestígios de reparações ou modificações recentes. Conclui-se que a tutela assume como contemporâneos os contextos arqueológicos datados, pelo menos, dos inícios de oitocentos, e que a Arqueologia Industrial é possível de ser feita em cronologias bem anteriores ao século XIX... concordamos em absoluto.

Mas, por consideramos que a Arqueologia Industrial tem o seu lugar próprio em Portugal, devidamente reconhecido e institucionalizado, e por não acreditarmos que toda a Arqueologia feita entre 1780 e 1970, ou mesmo a Arqueologia do século XIX, é exclusivamente industrial, os projectos arqueológicos apoiados em temáticas industriais e enquadrados teoricamente na Arqueologia das cadeias produtivas serão deixados de fora deste debate (CORDEIRO, 1994; RAMOS, 2007; CUSTÓDIO, 2015; CUNHA, 2015). Nas universidades portuguesas, a Arqueologia Industrial, muitas vezes aliada ao Património Industrial, tem já o seu lugar garantido de Norte a Sul do país, com unidades curriculares no Minho, Lisboa e Évora.

No que à Arqueologia Contemporânea diz respeito, a Universidade do Porto tem uma cadeira designada “Arqueologia Moderna e Contemporânea” que, embora não especifique no seu currículo onde co-

³ Consulta efectuada em 2018-11-07. Foram excluídos os contextos náuticos e subaquáticos.

meça e onde acaba temporalmente, dá-nos a ideia, através da bibliografia sugerida, que tem início no século XV e termina nos finais do século XIX (contrariando a designação que recorrentemente se faz de Arqueologia Contemporânea fora de Portugal). A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, na lista das opções livres, tem apresentado nos últimos anos a opção de “Arqueologia Contemporânea”, que incide nos séculos XIX e XX. No primeiro caso, há abordagens a contextos urbanos, rurais e industriais; no segundo caso, estes últimos contextos não são considerados por existir uma unidade curricular exclusivamente a eles dedicada, designada de “Arqueologia Industrial”. Materiais contemporâneos são ocasionalmente mencionados em relatórios de escavações ou mesmo em algumas publicações, mas em número ainda muito diminuto (LOPES, NETO e SEROMENHO, 2006; SEQUEIRA e CASIMIRO, 2015). Mas será que esta tendência está a ser invertida? A Arqueologia Contemporânea, quando comparada com a restante Arqueologia, é claramente representada em percentagens muito inferiores. No entanto, nos últimos anos, algumas mudanças têm sido notadas. Um dos primeiros projectos que se desenvolveram para cronologias mais recentes passou pela escavação dos fortes das Linhas de Torres, consequência dos conflitos militares motivados pelas invasões francesas. Estes projectos de Arqueologia Militar e do Conflito, desenvolvidos por empresas de Arqueologia e câmaras municipais, tiveram lugar entre 2008 e 2012, tentando, de alguma forma, assinalar os 200 anos daqueles acontecimentos. Foram intervencionados diversos fortes. No entanto, atendendo à importância daquela investigação, não foram muitas as publicações e divulgações daí decorrentes, destacando-se as diversas iniciativas de aproximação à população que, numa verdadeira vertente de Arqueologia Pública, conseguiram sensibilizar as populações para aqueles eventos e para a preservação daquele Património arqueológico (PIMENTA e MENDES, 2008; SOUSA, GOMES e MIRANDA, 2012). Uma tese de mestrado encontra-se a ser desenvolvida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa sobre o assunto.

Em 2016, um grupo de arqueólogos açorianos escavou no sítio da Achada, um núcleo habitacional fundado em 1835, com o objectivo de modernizar as práticas agrícolas na ilha Terceira. Este verdadeiro projecto de Arqueologia Contemporânea foi, nas palavras dos responsáveis “uma ação de valorização decorrente de um projeto de investigação, a desenvolver em monumentos, conjuntos e sítios que visem essencialmente a divulgação e fruição pública do património arqueológico, com vista à sensibilização e educação patrimonial” (RODRIGUES, *et al.*, 2018: 2). Em 1840, a Achada tinha dezoito moradores, qualquer coisa como entre 72 e 108 habitantes (*IDEM*: 4). Defendem os arqueólogos que se tratou de um falanstério que terá sido ocupado, sensivelmente, entre 1835 e 1885.

Recentemente, teve grande mediatismo a escavação arqueológica no Cambedo, onde foi intervencionada a casa de dona Albertina, uma senhora que deu abrigo a um grupo de guerrilheiros antifranquistas que

ali se havia refugiado na sequência da guerra civil espanhola (1936-1939). Em 1946, esta aldeia foi alvo de um ataque por parte das forças policiais e militares portuguesas que resultou em diversos mortos e presos. O objectivo deste projecto é tentar compreender como uma população da raia sacrificou a sua segurança para dar apoio a um grupo de fugitivos, um assunto que não pode ser ignorado nos dias de hoje, onde a hospitalidade torna-se fundamental como apoio às migrações humanas em larga escala, talvez um dos principais objectivos da Arqueologia Contemporânea... mas já lá iremos.

Terá aqui de ser registada uma palavra sobre a Arqueologia desenvolvida em contextos subaquáticos e que, recentemente, muito se tem dedicado ao Período Contemporâneo. Talvez um dos mais antigos vestígios de embarcações portuguesas de Época Contemporânea naufragados no mundo seja o *Correio d'Azia*, uma embarcação portuguesa, à vela, que naufragou nas costas da Austrália, em 1816, a caminho de Macau (MONTEIRO, 2013). Já em território português, vários são os navios que têm vindo a ser reconhecidos e monitorizados, tais como o *Lidador*, um navio brasileiro que naufragou, em 1878, nos Açores (MONTEIRO, 2007), bem como outros já associados ao século XX, tais como o caça-minas *Roberto Ivens* e o veleiro italiano *Blenaimé Prof. Luigi* (ambos naufragados em 1917) (COSTA e MONTEIRO, 2016; TELO, SALGADO e RUSSO, 2017), o navio de salvamento *Patrão Lopes* (1936), o SS *Drago* (1942) (RUSSO, 2014), entre muitos outros cuja identificação e história é mais difícil de contar (MARTINS e MARTINS, 2016).

QUE FUTURO?

Os projectos terrestres e subaquáticos supramencionados foram os primeiros a serem desenvolvidos em Portugal no âmbito da Arqueologia de investigação. Contextos contemporâneos em ambiente urbano são, no entanto, escavados quotidianamente no país, muito embora a sua inclusão em acompanhamentos generalistas, efectuados por empresas de Arqueologia, não lhes dê a importância devida, sendo raramente publicados (BOAVIDA, CASIMIRO e SILVA, 2013). Alguns destes sítios já se encontram a ser estudados no âmbito de alguns trabalhos académicos, pelo que acreditamos que darão início a uma tendência que aproxime os arqueólogos de realidades mais contemporâneas, datadas entre os inícios do século XIX e o século XXI. Os vestígios de um armazém de garrafas em grés, de água ou genebra, em Lisboa, serão fundamentais para o estudo dos comportamentos do consumo de álcool na cidade em meados de oitocentos. Os vestígios de um pátio operário revelam as condições de vida difíceis das comunidades urbanas nos inícios do século XX, a comprovação material dos cenários com que nos deparamos frequentemente quando lemos documentos e romances. Ou as centenas de lixeiras urbanas que mostram o que se consumia nas casas ao longo do século XX e a génese da formação dos lixos que hoje produzimos, entre centenas de outras

problemáticas que os contextos contemporâneos nos podem mostrar (CASIMIRO e SEQUEIRA, no prelo). Confessamos a nossa falha em ainda não nos conseguirmos abster ou ultrapassar a materialidade nestes novos estudos, mesmo tendo em mente o debate da “*material-culture turn*” dos últimos anos, a agência e a relação entre os agentes humanos e não humanos, mas compensamos na tentativa de chegar às pessoas, as que viveram naquele tempo e as que cá estão, que ainda se lembram directa ou indirectamente, através de relatos familiares, dessas épocas.

Estes estudos foram em parte motivados pela memória familiar em torno de certos artefactos.

O primeiro objectivo passa certamente pela valorização e salvaguarda destes contextos. É essencial que se passe aos arqueólogos a mensagem acerca da importância da Arqueologia do Passado Recente, e por que é tão relevante a salvaguarda de uma casa da Idade do Ferro como uma dos séculos XIX ou XX. Mesmo quando as arquitecturas se preservam, é fundamental tentar compreender as vivências humanas que ocorreram no seu interior, tal como fizeram BUCHLI e LUCAS (2001) para a já referida casa de habitação social abandonada na década de 1990. Só assim podemos conhecer as sociedades, as pessoas e os seus problemas pessoais do foro económico, social e mesmo psicológico, das quais ainda nos lembramos vagamente, mas que caem no rol dos em breve esquecidos. No entanto, podemos ou devemos registar / preservar e estudar tudo o que tenha acontecido ao longo dos séculos XIX e XX? Esta pertinente pergunta é de difícil resposta e, da nossa parte, acreditamos que, se o contexto arqueológico pode contribuir para o conhecimento do nosso Passado, então deve ser alvo de intervenção arqueológica. As implicações deste reconhecimento no quotidiano dos arqueólogos, sobretudo os que trabalham em contextos urbanos sob a égide da Arqueologia empresarial, e na validação por parte da tutela, seriam monstruosas e não nos iludiremos sobre a sua impossibilidade, pelo menos para já. Ficamos satisfeitos se este nosso ensaio despertar a sensibilidade para um Passado recente, aquele que frequentemente é classificado pelos nossos colegas arqueólogos como “*Isso para mim nem sequer é Arqueologia*”. Ao lermos o recente livro de Alfredo GONZALEZ-RUIBAL e Xurxo AYÁN VILA (2018: 15), descobrimos que não somos os únicos a ser alvo deste preconceito: “*Lo que vosotros hacéis no es arqueología*”. Felizmente, a tendência parece estar a mudar.

MAS... QUAL A IMPORTÂNCIA DE UMA ARQUEOLOGIA DO PASSADO RECENTE?

Esta será certamente uma das perguntas mais pertinentes a que interessa responder: porque é que a Arqueologia de um Passado recente é importante? Deveremos considerá-la apenas como a extensão do tempo histórico, ou fazemos Arqueologia sobre um tempo sobre o qual as pessoas viveram ou tiveram contacto directo com os agentes desse

“É essencial que se passe aos arqueólogos a mensagem acerca da importância da Arqueologia do Passado Recente, e por que é tão relevante a salvaguarda de uma casa da Idade do Ferro como uma dos séculos

XIX ou XX.”

tempo faz alguma diferença? Matts BURSTRÖM (2007-2008: 34) escreveu: “*the insight that objects that people still remember from their own time can already be of archaeological interest, leaves a strong impression on many and generates reflection*”. Esta reflexão pode tornar-se fundamental numa maior aproximação a estas realidades passadas e à capacidade de reconhecimento da importância de um Passado histórico recente, possivelmente levando-as a legitimar a importância de um Passado mais antigo, mais distante e mais desconhecido. Recordemos o ensaio de Bruno Latour sobre a chave de Berlim, onde o autor demonstra como um objecto, criado no pós-Segunda Grande Guerra, com particularidades especiais, é ele também influenciador da sociedade que o produziu (LATOURE, 2000), ainda hoje lembrado e mesmo utilizado. A chave de Berlim despertou a atenção para as funcionalidades dos objectos contemporâneos e a maneira como eles reflectem as mudanças, continuidades e idiosincrasias de algumas sociedades contemporâneas, enquanto agentes activos da acção.

Por outro lado, a possibilidade de manipular espaços e objectos com os quais as populações se sentem directamente relacionadas permite desenvolver projectos de Arqueologia Pública, onde os agentes que ali viveram ou os seus descendentes directos possam participar, sentindo que a vida dos seus foi importante e fundamental na formação das entidades colectivas... nisso, os projectos desenvolvidos até ao momento em Portugal, tanto nas Linhas de Torres, no Cambedo e na Achada, no *Roberto Ivens*, com uma homenagem às suas vítimas, foram exímios no contacto com a população. E não é esse um dos maiores objectivos do que fazemos enquanto arqueólogos?

Não devemos ser reticentes, pois este é o momento de irmos mais longe na defesa de uma Arqueologia Contemporânea ou, se preferirem, do Passado recente. Talvez estejamos no caminho certo para intervir



FIG. 4 – Musealização da cidade mártir de Oradour-sur-Glane (Nova Aquitânia, França).

arqueologicamente em locais que promoveram desigualdades sociais e raciais, onde se fizeram prisioneiros políticos. Talvez o despertar dessas memórias possa ter um efeito de catarse nas vítimas desses tempos e espaços. A solução não é inédita e tem sido, no geral, bem aceite por aqueles que passaram pelos eventos traumáticos. Não sem, todavia, levantar questões políticas, sociais, éticas e teóricas absolutamente compreensíveis: veja-se a problemática lançada por Laurent Olivier num ensaio acerca da aplicação de técnicas arqueológicas para escavar restos mortais de vítimas de *serial killers*, a exumação de cadáveres em valas comuns na Bósnia ou no Ruanda, a preservação das cidades-mártires francesas como Oradour-sur-Glane, ou a difícil conservação dos edifícios em Auschwitz-Birkenau na Polónia (OLIVIER, 2001) (Fig. 4). Ao afirmar que “*the way these remains are investigated, interpreted, represented depends on the particular research preoccupations of the present day*”, o autor reconhece a sensibilidade destes assuntos, variando entre populações (IDEM: 180). A possibilidade de fazer a Arqueologia chegar aos vivos, acrescentando conhecimento sobre eventos que ainda são recentes mas traumáticos, é quase que uma forma de “*reconciliar com o passado*” (HARRISON e SCHOFIELD, 2013: 8-9). Seguindo esta linha de pensamento, a Arqueologia da Morte é sempre um assunto impressionável em contextos contemporâneos, e também se tornará sensível quando os arqueólogos portugueses começarem a lidar com eles, eliminando a distância de séculos com que lidamos

quando escavamos sepulturas, vestígios ósseos de pessoas das quais raramente sabemos o nome e dificilmente as suas qualidades humanas. Para um Passado recente, as sepulturas ou valas comuns mais do que compreendidas e estudadas têm necessariamente de ser sentidas (BUCHLI e LUCAS, 2001).

A proximidade temporal do registo arqueológico traz assim grandes responsabilidades do ponto de vista social e humano. Numa época de grandes desigualdades, passa a ser papel do arqueólogo tentar expor essas desigualdades, sejam elas do ponto de vista social, económico, racial ou político, fazendo da Arqueologia uma ciência de importância social (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016: 144).

CONCLUSÃO

Sendo um tema de desejável debate, sabemos que o presente ensaio é apenas uma pequena acha numa fogueira que, achamos, que deve arder durante os próximos anos e à qual deve ser adicionada muita e variada lenha. Acreditamos e defendemos que a Arqueologia Contemporânea em Portugal deve ser considerada desde finais do século

XVIII ou os inícios do século XIX, momento em que as mentalidades europeias iniciam processos de mudança motivados por alterações políticas, sociais, económicas e tecnológicas, sendo que nenhuma destas alterações é mais importante que a outra e, no seu conjunto, dão início a um novo tempo, com diferentes momentos de aceitação. Calhando, o segredo será pensarmos menos como arqueólogos modernos, arqueólogos industriais ou arqueólogos contemporâneos, e pensarmos seriamente enquanto arqueólogos (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016: 159), quebrando barreiras temporais que na longa duração espartilham a compreensão dos comportamentos humanos, sobretudo numa época de mudanças tão rápidas como foram o século XIX e o século XX. Reconhecemos o quão difícil será colocar debaixo da mesma designação mais de 200 anos de comportamentos humanos, mas se no nosso país o conceito de Arqueologia Histórica não vingou, e se não consideramos o século XIX como Arqueologia Moderna, então ele poderá ser certamente o início da contemporaneidade.

Discordamos em absoluto da universalização da Arqueologia Industrial. Tal como em 1980 o Xi não se tornou um homem da industrialização pelo contacto com a garrafa de Coca-Cola, também em oitocentos a maior parte dos portugueses não tinha ainda contacto com os produtos da industrialização, e os que tinham, dificilmente compreendiam essa alteração tecnológica.

Contudo, será que podemos, devemos, ou sequer acreditamos que, ao longo da divisão clássica da História da Humanidade, desde a Pré-História ao Mundo Contemporâneo, todos os períodos ocorreram sem alterações tecnológicas e sociais no seu “interior”? Talvez o problema seja apenas semântico, visto que se contemporâneo significa hodierno, nenhum de nós é contemporâneo de um indivíduo do século XIX ou mesmo dos inícios do século XX. Calhando, vivemos numa nova era que ainda não conseguimos designar, uma era tão complexa e globalizante que dificilmente será definida com um simples termo temporal. Os dados estão lançados e encontram-se em desenvolvimento diversos projectos relacionados com a Arqueologia Contemporânea, de Norte a Sul do país. Acreditamos que é um assunto que ainda dará muitas cartas no futuro, sobretudo através de projectos de Arqueologia Pública, visto que se trata de uma Arqueologia com a qual as pessoas se identificam, reconhecem objectos e sentem que podem contribuir para o conhecimento de um Passado que tem tanto de seu como dos outros.

AGRADECIMENTOS

A nossa lista de agradecimentos é extensa: à Ana Catarina de Sousa (UNIARQ - Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e ao João Pimenta (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira), pelos trabalhos sobre as linhas de Torres; ao Adolfo Martins (Wales Trinity Saint David University), pela magnífica reconstituição da casa de Tróia (Fig. 3); ao Alexandre Monteiro (Insti-

“Acreditamos e defendemos que a Arqueologia Contemporânea em Portugal deve ser considerada desde finais do século XVIII ou os inícios do século XIX, momento em que as mentalidades europeias iniciam processos de mudança motivados por alterações políticas, sociais, económicas e tecnológicas, sendo que nenhuma destas alterações é mais importante que a outra e, no seu conjunto, dão início a um novo tempo, com diferentes momentos de aceitação.”

tuto de Arqueologia e Paleociências / Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa) e ao Jorge Russo (CINAV - Centro de Investigação Naval), pela informação sobre os contextos subaquáticos; à Catarina Parreira, que nas aulas de Arqueologia Contemporânea despertou a nossa atenção para a informação no *Portal do Arqueólogo*, ainda que a mesma não tenha sido usada neste artigo; ao Flávio Biscaia, porque o sítio de Tróia foi por ele redescoberto; ao Luís Barros (Câmara Municipal de Almada), por nos anos 1990 ter escavado e guardado materiais de “ontem”. Ao Rui Coelho e ao José Luís Neto, pelas boas discussões; finalmente, aos arqueólogos da empresa COTA 80.86 (Vanessa Filipe, José Pedro Henriques e Vasco Vieira), pela preservação e registo dos contextos contemporâneos de Lisboa. 🐾

BIBLIOGRAFIA

- BEAUDRY, M. (2005) – “Revolutionizing Industrial Archaeology?” In CASELLA, E. e SYMONDS, J. (eds.). *Industrial Archaeology: future directions*. New York: Springer, pp. 301-314.
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T. M. e SILVA, T. (2013) – “Intervenção Arqueológica na Rua Braamcamp Freire (Santarém) e Descoberta de Esgoto Oitocentista”. *Al-Madan Online*. Almada. 17 (2): 112-113. Em linha. Disponível em <https://issuu.com/almadan>.
- BUCHLI, V. e LUCAS, G. (eds.) (2001) – *Archaeologies of the Contemporary Past*. London and New York: Routledge, Taylor Francis Group.
- BURSTRÖM, M. (2007-2008) – “Looking into the recent past: extending and exploring the field of Archaeology”. *Current Swedish Archaeology*. Gothenburg. 15-16: 21-36.
- CASIMIRO, T. M. e SEQUEIRA, J. L. (no prelo) – *Arqueologia Contemporânea em Portugal*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, Universidade Nova de Lisboa.
- CORDEIRO, L. (1994) – “A Arqueologia Industrial. Uma vertente fundamental da Arqueologia Urbana”. *Bracara Augusta*. Braga. 45: 169-190.
- COSTA, P. e MONTEIRO, A. (2016) – “Tombaram Combatendo um Inimigo Invisível: perda e achamento do caça-minas *Roberto Ivens* (1917)”. In *Novos Ramos, Novos Desafios*. Almada: Escola Naval, pp. 318-324.
- CUNHA, R. (2015) – “Arqueologia Industrial: fontes, métodos e técnicas”. *Al-Madan*. 2.ª Série. Almada. 19: 96-105.
- CUSTÓDIO, J. (2015) – “O Território e o Tempo da Arqueologia Industrial. Intervenção e investigação: realidades de hoje, perspectivas de futuro”. *Al-Madan*. 2.ª Série. Almada. 19: 80-95.
- GOMES, R. V. (2012) – “A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal: contributos e problemáticas”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.ª Série. 2: 13-75.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2010) – “Contra la Pospolítica: Arqueología de la Guerra Civil Española”. *Revista Chilena de Antropología*. Santiago do Chile. 22 (2): 9-32.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2014) – “Archaeology of the Contemporary Past”. In Smith, C. (ed.). *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York: Springer, pp. 1683-1694.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2016) – “Archaeology and the time of modernity”. *Historical Archaeology*. Springer. 50 (3): 144-164.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. e AYAN VILA, X. (2018) – *Arqueología. Una introducción al estudio de la materialidad del pasado*. Madrid: Alianza Editorial.
- HARRISON, R. e SCHOFIELD, J. (2013) – *After Modernity: Archaeological Approaches to the Contemporary Past*. Oxford: Oxford University Press.
- LATOUR, B. (2000) – “The Berlin key or how to do words with things”. In GRAVES-BROWN’S, P. M. (ed.). *Matter, Materiality and Modern Culture*. London: Routledge, pp. 10-21.
- LOPES, M. J.; NETO, J. L. e SEROMENHO, L. (2006) – *Sobre uma Possível Embarcação Descoberta na Comporta*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, pp. 175-181 (*Subsídios para o Estudo da História Local*, 3).
- MARTINS, A. M. e MARTINS, A. (2016) – “Tróia 1, a journey in time and sea. Shipbuilding and the shipwreck”. In *IKUWA 5*. Cartagena: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, pp. 1002-1010.
- MONTEIRO, A. (2013) – “A Marinha Mercante Portuguesa na carreira de Macau. Homens, navios, rotas e cargas no primeiro quartel do século XIX”. In *Actas XIII Simpósio de História Marítima. Nos Mares da China. A propósito da chegada de Jorge Álvares, em 1513*. Lisboa: Academia Portuguesa da Marinha, pp. 319-398.
- MONTEIRO, P. (2007) – “O Naufrágio do Vapor *Lidador* na Ilha Terceira, Açores (1878): relatório preliminar”. *Al-Madan Online*. Almada. 15: Notícias, actividade arqueológica, pp. 1-2. Em linha. Disponível em <https://issuu.com/almadan>.
- OLIVIER, L. (2001) – “The archaeology of the contemporary past”. In BUCHLI e LUCAS, 2001: 175-188.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2008) – *Relatório da Escavação Arqueológica da Obra Militar n. 38 do Sistema Defensivo das Linhas de Torres, Forte da Casa - Vila Franca de Xira* (texto policopiado).
- RAMOS, P. (2007) – “Relance sobre 25 Anos de Arqueologia Industrial em Portugal”. *Al-Madan*. Almada. 2.ª Série. 15: 141-142.
- RATHJE, W. (2001) – “Integrated archaeology: a garbage paradigm”. In BUCHLI e LUCAS, 2001: 63-76.
- RODRIGUES, C. D.; NETO, J. L.; BORGES, L.; PERES, M. e PARREIRA, P. (2018) – “O Lugar da Achada, Falanstério de Inspiração Maçónica”. *Atlântida, Revista de Cultura*. Angra do Heroísmo. 63: 1-26.
- RUSSO, J. (2014) – “From Wreck to Ship: the case of British merchantman SS *Dago* (1902)”. *International Journal of Nautical Archaeology*. The Nautical Archaeology Society. 43: 192-195.
- SEQUEIRA, J. e CASIMIRO, T. M. (2015) – “Fragments de um Mundo Contemporâneo: objectos em grés recuperados no Tejo”. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 4: 209-215.
- SOUSA, A. C. (coord.) (2011) – *A Guerra Peninsular em Mafra: Rota Histórica das Linhas de Torres*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- SOUSA, A. C.; GOMES, J. S. e MIRANDA, M. (2012) – “Rota Histórica das Linhas de Torres. Métodos e práticas das intervenções em Mafra”. *Anuário da Conservação do Património*. Lisboa: GECORPA - Grémio do Património, pp. 30-38.
- TELO, A.; SALGADO, A. e RUSSO, J. (2017) – *Ações do U-35 no Algarve: 24 de Abril de 1917*. Lisboa: Escola Naval e Município de Vila do Bispo.

PUBLICIDADE



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos

Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa luís teotónio pereira, cova da piedade, almada]

[212 766 975 | 967 354 861]

[c.arqueo.alm@gmail.com]

[<http://www.caa.org.pt>]

[<http://www.facebook.com>]

1972 - 2018

46 anos de intervenção social, a promover
uma visão integrada da Arqueologia, do Património
Cultural e Ambiental e da História local e regional,
no exercício partilhado de uma cidadania cultural
e cientificamente informada

**uma Associação em que peça já a sua ficha de inscrição
dá gosto participar!**

almada online

[<http://www.almadan.publ.pt>]

[<http://issuu.com/almadan>]

uma edição



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

[<http://www.caa.org.pt>]

[<http://www.facebook.com>]

[c.arqueo.alm@gmail.com]

[212 766 975 | 967 354 861]

[travessa luis teotónio pereira, cova da piedade, almada]